

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: MÁRCIO EURÉLIO RIOS DE CARVALHO

TÍTULO: A HISTÓRIA DA ÁFRICA NO BRASIL COMO HISTÓRIA PÚBLICA E DIGITAL: RECUPERAÇÃO DE NARRATIVAS ORAIS NUMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO – TAQUARAL (MG).

AUTORES: MÁRCIO EURÉLIO RIOS DE CARVALHO, MÁRCIO EURÉLIO RIOS DE CARVALHO

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): PaPQ

PALAVRA CHAVE: HISTÓRIA ORAL, HISTÓRIA PÚBLICA DIGITAL, QUILOMBOS, HISTÓRIAS DE VIDA

RESUMO

A História tem buscado concretizar uma história pública dos escravizados, recuperando os lugares de memória da África e do tráfico, ajudando na demanda pela posse de territórios ocupados, através de uma maior visibilidade do patrimônio imaterial das comunidades negras (não só através de festas e danças, como o jongo, mas também pela percepção da própria história, memória e tradição oral do grupo) (MATTOS, 2016a; MATTOS/ABREU, 2016b; MATTOS/ABREU/GURAN, 2014ab; MATTOS, 2014c; MATTOS, 2013). Interessa-nos, neste projeto, recuperar a história oral das comunidades negras em Minas Gerais através das histórias de vida como narrativas públicas e digitais. Trabalhos que conectem a história oral de remanescentes de quilombos com o passado pós-abolição destes grupos ainda são escassos (MATTOS, 2006; RIOS/MATTOS, 2005; SLENES, 2013; BAPTISTA, 2003; COSTA, 2008; MONTEIRO, 2016).

O projeto sugere que há uma necessidade premente de investigações que atentem para o significado histórico-cultural das comunidades remanescentes de quilombos de Minas Gerais, num corte sincrônico do "presente etnográfico" (O'DWYER, 2002, p. 14). Se em 2003 foram registradas 2.284 comunidades quilombolas no Brasil, em 2006 este número se elevava para 2800 registros de sítios quilombolas, para em 2008 serem atualizados os números, perfazendo um total de 3000 sítios quilombolas. Em Minas Gerais, de um total de 207 comunidades registradas, 28 estão reconhecidas e apenas 1 titulada – Município Leme do Prado, Comunidade Porto Coris (Boa Sorte) (ANJOS, 2009, p. 179). Apesar de se constituir no Estado de maior incidência da região Sudeste, não há estudos significativos sobre comunidades negras rurais nele espalhadas. Exceção seja feita ao levantamento do CEDEFES. Centro de documentação Elóy Ferreira da Silva. Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência. Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008. Nesta publicação, segundo dados levantados pela CEDEFES de 2007, o número de comunidades quilombolas se eleva para 439 registros, com 97,9% nas áreas rurais. Neste estudo foram citados quatro municípios com a presença de comunidades quilombolas na mesorregião sul/sudoeste de Minas Gerais: Muzambinho, Três Pontas, Alagoa e Três Corações, onde se situa a comunidade de Taquaral, objeto da presente pesquisa. É preciso dissociar o significado de quilombo como espaço de resistência no passado e projetar sua importância para o presente, numa interpretação mais ampla, quando uma comunidade quilombola adquire sua "referência no campesinato negro, de povos de matriz africana no Brasil que conseguiram ocupar uma terra e manter uma autonomia política e econômica e identidade territorial" (ANJOS, 2009, p. 108). Ouvir as histórias de vida dessas comunidades pode fazer com que se rompa de vez com o olhar etnocêntrico e eurocêntrico que permeia o currículo escolar e ajude a dar-lhes visibilidade. Nossa proposta de pesquisa se refere a algo ambicioso, mas necessário: trata-se da criação de um Núcleo em História Oral das Comunidades Remanescentes de Quilombos em Minas Gerais, no sentido de demonstrar que as comunidades negras ou terras de preto, todas remanescentes de quilombos, podem se tornar um lócus privilegiado para recuperar narrativas de vida – histórias pessoais (privadas) e coletivas (públicas), capazes de dar autonomia aos sujeitos históricos delas pertencentes, sobretudo através de sua própria produção e divulgação, por meio do que se convencionou chamar história oral pública (ALMEIDA/ROVAL, 2011; MAUAD/ALMEIDA/SANTHIAGO, 2016). É inegável o potencial das "aplicações da tecnologia digital e da internet para ampliar a participação de indivíduos e comunidades (provenientes de tradições orais e/ou excluídas socialmente) na produção de conteúdos que venham a fazer parte da memória social" (WORCMAN, 2013, p. 151). Ou seja, embora sejam importantes o registro e preservação (digital) da memória desses grupos para fortalecer suas identidades e diversificar as memórias em nossa sociedade, é preciso criar mecanismos para incluí-las no processo de informação e difusão do conhecimento.

A "Tecnologia Social da Memória", como "um conjunto de conceitos, princípios e atividades que ajudem a promover iniciativas de registro de memórias e a ampliar o número de autores na História" (MUSEU DA PESSOA, 2009, p. 11), pode ser a melhor e mais adequada estratégia para registro e preservação (digital) da memória desses grupos, de modo a fortalecer suas identidades, diversificar as memórias em nossa sociedade e, sobretudo, criar mecanismos para incluí-las no processo de informação e difusão do conhecimento. Ou seja, ela pode servir como baliza principal do resgate das histórias de vida das comunidades negras rurais ou terras de preto em Minas Gerais no século XXI. É preciso conhecer as especificidades das comunidades quilombolas com relação à organização social, condição geográfica, costumes, línguas, crenças e tradições. Como tem apontado a historiografia recente, explorar lugares remanescentes de quilombos, de modo a recuperar conhecimentos produzidos no seio destas comunidades, "articulado às contribuições dos que estão de 'fora', pode produzir desenvolvimento sustentável, geração de renda, preservação da cultura, enfim, uma perspectiva do etnodesenvolvimento" (NUNES, 2010, p. 150).

A oralidade presente nestes "pedaços seculares de territórios africanos" deve ser recuperada, de modo que as narrativas sirvam para sedimentar os laços identitários destas comunidades negras rurais. Se "no espaço quilombola cada morador sente-se membro do território por sentimentos e referências que foram passadas por seus ancestrais via a tradição oral" (ANJOS, 2009, p. 105), cabe aos historiadores orais a oportunidade de ajudar a dar visibilidade a estas histórias, produzidas e disseminadas pelas próprias comunidades.